Revista Brasileira de Educação em Geografia
ISSN 2236-3904

PRESENÇA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Rafaela Biehl Printes [1]
rafaela-printes@uergs.edu.br
rafaelaprintes.uergs@gmail.com

Resumo
Historicamente no Brasil a abordagem da temática indígena em livros didáticos tem sido empregada de modo superficial frente à imensa diversidade intrínseca aos povos indígenas. Atualmente busca-se a efetivação da lei 11.645, de 10 de março de 2008, instituindo a obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. No entanto, essa obrigatoriedade precisa estar alicerçada em princípios didáticos que considerem os modos de vida e as dinâmicas destes povos na contemporaneidade. Este trabalho discute diferentes abordagens reservadas pela Geografia escolar à temática indígena que consta em livros didáticos de Geografia do 6º e 7º ano do ensino fundamental, aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático em 2008 e 2014, respectivamente. O referencial teórico que fundamentou a pesquisa está ancorado na perspectiva Geografia Cultural e dos estudos Pós-Coloniais. Buscou-se sinalizar as representações das identidades étnicas indígenas que são apresentadas por meio de imagens e textos. A tarefa de examinar alguns livros didáticos de Geografia evidencia a seleção e perpetuação de conteúdos que pouco avançam ao abordar a temática indígena para além da contribuição desses povos na formação da população brasileira.

Palavras-chave
Livros didáticos, Geografia, Indígenas.

THE PRESENCE OF INDIGENOUS PEOPLE IN GEOGRAPHY TEXTBOOKS IN BRAZIL

Abstract
Historically, the indigenous theme in textbooks in Brazil has been approached in a very superficial manner. Especially, when considering the immense variety of facts inherent to this people. At present, the law 11.645 from 10th March 2008 has to become effective. This law obliges the study of history and culture of indigenous people in every elementary and secondary (estate or private) school in Brazil. Nevertheless, this obligation has to be based on didactic principles that value the ways of life and movements of indigenous communities nowadays. This paper discusses the

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Assistente do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Endereço: Rua: Ten. Cel. Fabrício Pilar 650/01. Bairro: Mont Serrat. CEP 90450-040. Porto Alegre/RS.

different approaches to the indigenous theme in Geography textbooks for 6th and 7th grades in the elementary level, which are approved by the National Plan of Textbooks of 2008 and 2014, respectively. The theoretical framework for this study was based on the Cultural Geography perspective and Post-colonial studies. It was intended to signal the representations of indigenous ethnical identities that are presented by means of images and texts. The task of examining some Geography textbooks confirms the selection and perpetuation of contents that make little progress in relation to exploit the indigenous theme beyond the contribution of these people to form the Brazilian population.

Keywords
Textbooks, Geography, Brazilian indigenous.

Introdução

Desde a Constituição Federal de 1988 (CF 1988) algumas questões historicamente ignoradas no Brasil passam a ter visibilidade, como é o caso da questão indígena, presente na Carta Magna no capítulo VIII - *Dos Índios*, em que se reconhece o direito dos povos indígenas à demarcação das suas terras originárias, sendo este aspecto fundamental para garantia dos demais direitos. Conforme consta no Art. 231 da CF 1988 reconhece-se aos índios,

> Sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. §.1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (...).

Desde então, a luta pela demarcação das Terra Indígenas (TIs) no Brasil se intensificou, sendo que atualmente as TIs registradas oficialmente[2] pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ocupam 12,64% da extensão do território nacional[3]. Deste total, em termos de extensão, 94,67% das TIs estão localizadas na Amazônia Legal (AL) e 5,33% situa-se entre o nordeste, centro-oeste, sudeste e sul, regiões que concentram 40% da população indígena do país das 817,9 mil pessoas declaradas indígenas no último Censo do IBGE (2010), esses indivíduos pertencem a mais de 240 povos, falantes de 180 línguas, vivendo em áreas com diferentes situações fundiárias. Registram-se ainda cerca

[2] Em diferentes estágios de regularização fundiária.

[3] Salienta-se que a maioria das TIs brasileiras não são de usufruto pleno dos indígenas devido as mais variadas situações, como processos de regularização ainda inacabados, invasões de mineradores, madeireiros, posseiros, caçadores, impactos causados pela construção de hidrelétricas, biopirataria, etc.

de 77 grupos indígenas ainda não contatados (em isolamento voluntário no bioma Amazônico), sendo 30 já confirmados (FUNAI, 2011). Ou seja, as TIs na AL têm uma extensão muito maior do que as TIs demarcadas em outros estados, em outros biomas, assim como a densidade populacional é menor facilitando o equacionamento da sustentabilidade ambiental e cultural (PRINTES, 2012).

No contexto pós CF 1988 emergiram novos direitos aos povos indígenas, como o Decreto 7.747 de 05 de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Em seu Art. 2º a PNGATI define duas ferramentas como instrumentos de gestão:

> Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

Desse modo, abordar a questão indígena no século XXI exige considerar a emergência do debate da gestão territorial e ambiental das TIs que, por sua vez, envolve diálogos de saberes intercientíficos[4] (LITTLE, 2010; PRINTES, 2012). Na atualidade, no âmbito de uma articulação mais intensa entre indígenas[5] e não indígenas, objetos de estudo da ciência geográfica como o espaço geográfico e a interação indissociável entre humano-ambiente-objeto-ações, o território e a territorialidade, a cartografia e o sistema de informações geográficas, entre outros mostram-se como requisitos, contribuindo no planejamento e gestão dos espaços de vida indígena contemporâneos.

A educação que passa pela escola e pelos livros didáticos é uma fundamental aliada nesse processo. Atualmente, no âmbito da educação escolar não indígena busca-se efetivar a Lei 11.645, de 10 de março de 2008 (que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados.

---

[4] O conceito de intercientificidade está relacionado ao diálogo entre diferentes ciências, ou seja, é a interação entre conhecimentos locais de povos autóctones (indígenas), populações tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, entre outros), técnicos e científicos (LITTLE, 2010).

[5] Utilizarei a expressão índio ou indígena compreendendo ser "aqueles que descendem de populações que viviam no país ou região geográfica na qual o país estava inserido no momento de sua conquista ou colonização ou do estabelecimento de suas fronteiras atuais e que, independentemente de sua condição jurídica, mantém algumas de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas ou todas elas" (Organização Internacional do Trabalho, 2011, p.17).

No entanto, essa obrigatoriedade precisa estar alicerçada em práticas pedagógicas, que considerem os modos de vida desses povos originários no sentido da diversidade das práticas e saberes desses grupos étnicos em convivência com a sociedade não indígena. Não limitar-se a situações de ensino em que apenas se comemora o "dia do índio em 19 de abril", em que se descreve, pinta, desenha, aprecia de longe, avalia e inclusive analisa se "o índio ainda é índio, pois já usa celular", etc., atividades que pouco contribuem para construção de novos saberes e interações com as naturezas e culturas indígenas na atualidade.

A denominação "índio" para muitas pessoas não indígenas tem sentido pejorativo, historicamente expresso por preconceitos e discriminações. É na escola que principalmente predominam visões estereotipadas dos povos indígenas, que oscilam entre a concepção romântica de um índio puro, inserido na natureza, ingênuo e vítima, ou de um índio bárbaro, selvagem e preguiçoso, empecilho para o progresso. Entretanto, são esses povos que contribuem decisivamente para o Brasil apresentar uma diversidade étnica cultural que se constitui em uma riqueza ímpar no planeta (BERGAMASCHI, 2008).

Minha trajetória de envolvimento enquanto pesquisadora das "questões indígenas" iniciou em 2008, como geógrafa do grupo técnico socioambiental que realizou estudos de identificação e delimitação de TIs[6]. Tal envolvimento levou-me a concentrar minha atenção nas percepções e entendimentos dos diferentes atores não indígenas envolvidos neste processo, desde aqueles ditos mais letrados como profissionais liberais, pesquisadores acadêmicos, servidores públicos, proprietários de terras, até pessoas sem uma formação educacional específica, mas que bem ou mal, passaram pelos bancos escolares e em suas mãos seguraram um livro didático (PRINTES, 2010; PRINTES, 2013).

Nesse contexto, quando em contato com índios e não índios, surgiram inquietações quanto a grande resistência e até mesmo negação por parte das populações não indígenas, às questões relacionadas aos grupos autóctones habitantes no território brasileiro. Diferentes situações me levaram a pensar sobre as razões e os motivos da intolerância e das atitudes das pessoas diante da presença do Outro – o índio. A partir dessas inquietações, busquei aproximar alguns sinais motivadores no campo de estudos da ciência geográfica, voltado ao ensino de Geografia.

---

[6] O Grupo Técnico de identificação e delimitação das Terras Indígenas Itapuã e Morro do Coco, no município de Viamão, e Ponta da Formiga, no município de Barra do Ribeiro no Estado do Rio Grande do Sul. Portaria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Nº 874, de 31 de julho de 2008. Uma demanda do povo indígena Mbya Guarani.

O interesse em pesquisar a temática indígena em livros didáticos de Geografia iniciou em 2009 no âmbito do Curso de Especialização no Ensino da Geografia e da História, cuja monografia de conclusão tratou deste assunto[7] (PRINTES, 2010). Na busca de referenciais teóricos para embasar a pesquisa (PRINTES, 2010), verificou-se a existência de trabalhos na temática - análise da imagem e representação do índio em livros didáticos – principalmente no campo de estudos da História, dos Estudos Sociais e das Ciências, mas pouquíssimos em Geografia. A exiguidade de materiais produzidos sobre este tema no campo da ciência geográfica motivou ainda mais a escolha deste artefato como *corpus* de análise. Printes (2010) buscou sinalizar as representações das identidades étnicas indígenas inscritas por meio imagens e textos e veiculadas nos livros didáticos de Geografia do 6º ano do ensino fundamental, as quais tematizam o índio, na abordagem dos conteúdos referentes à formação do povo brasileiro e/ou as origens do território brasileiro.

No presente artigo, fazendo referência a essa análise anterior, busco verificar a maneira como essas imagens e representações continuam a ser veiculadas nos livros didáticos de Geografia a fim de identificar possíveis avanços (e/ou retrocessos). Para tal selecionei algumas imagens em livros que constam no Guia de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2014: Geografia - ensino fundamental (anos finais), agora do 7º ano, pois atualmente é neste nível escolar que temas relacionados a formação territorial do Brasil, o território brasileiro, as regiões brasileiras, espaço agrário e questão da terra no Brasil, diversidade geográfica das paisagens, diversidade étnica, dinâmicas sociedade-natureza, entre outros são trabalhados. Sem desconsiderar os outros níveis escolares em que a temática indígena pode e deve estar articulada aos conteúdos ministrados, a tendência é que no 7º ano a questão indígena entre em cena de maneira mais intensa, articulada a conteúdos vinculados à compreensão das dinâmicas e interações humanas do/no espaço geográfico, como a composição étnica do povo brasileiro, em que geralmente o índio aparece como "herança" (PRINTES, 2010; PRINTES, 2013).

Chama atenção quando se percebe que em pleno século XXI a temática indígena enquanto questão empírica instigante, passível de abranger os mais variados temas, articulando problemáticas territoriais, socioambientais, econômicas e culturais, é muito pouco aproveitada em estudos de caso no ensino de Geografia e os livros didáticos (de maneira geral) demonstram isso claramente.

[7] Monografia do Curso de Especialização O Ensino de Geografia e História – Saberes e Fazeres na Contemporaneidade/FACED/UFRGS. 1º edição (2008/2009).

A temática indígena traz possibilidades, entre inúmeras outras, de aplicar conceitos-chave da Geografia, como por exemplo, o território, um dos principais conceitos presente desde a formalização da Geografia como disciplina científica. Mas para que isso seja possível é preciso operar com instrumentos (teóricos e/ou imagéticos) que se afastem de uma abordagem tradicional[8], questão ainda presente no ensino de Geografia e na elaboração de alguns livros didáticos, conforme minhas primeiras impressões em contato com livros didáticos do 6º ano (PRINTES, 2010) e mais recentemente em livros do 7º ano.

O presente artigo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira essa introdução. A segunda expõe o referencial teórico e o percurso metodológico da pesquisa sobre as imagens dos índios em livros de Geografia. A terceira apresenta um recorte da análise da temática indígena livros didáticos do 6º ano do ensino fundamental, a partir de referências de livros aprovados pelo PNLD/2008, complementando com imagens e representações da temática indígena em livros mais atuais - os aprovados pelo PNLD/2014. Por fim, na quarta seção as considerações finais.

Trilha Investigativa

O referencial teórico que norteou este estudo está ancorado na Geografia Cultural e na perspectiva dos estudos Pós-Coloniais (BHABHA, 1991; CLAVAL, 1999; HALL, 2003; SAID, 2004). Esse referencial teórico tenciona a análise dos livros didáticos, proporcionando refletir as "metanarrativas geográficas sobre etnias, não como uma propriedade essencial e originária, mas como invenções, como processos de produções culturais que constroem os significados" (TONINI, 2000, p. 3).

Conforme Costa (2005), esta perspectiva teórica expressa uma tentativa de descolonização do conceito de cultura, não mais entendida como aquilo que de melhor foi dito ou pensado, não mais o que seria representativo como ápice de uma civilização, restrito a esfera da arte da estética, de valores morais/criativos. Assim, para a autora a cultura passa a ser expressa nas formas pelas quais as sociedades dão sentido e organizam experiências comuns; a cultura é vista tanto como uma forma de vida (ideias,

[8] Esta abordagem apresenta os conteúdos de maneira compartimentada, através de descrições, classificações e generalizações, sem a necessária conexão entre os conteúdos e possibilidade de interpretação crítica, com o reconhecimento de vários focos de análise. Conforme Diniz (2007), uma abordagem a partir da visão tradicional seria a eurocêntrica, que desconsidera todas as problemáticas teórico-metodológicas que podem ser evocadas a partir da opção por uma abordagem altamente positivista e, portanto ideologizada do fazer historiográfico.

atitudes, linguagens, práticas, instituições e relações de poder), quanto uma gama de produções, de artefatos culturais (textos, mercadorias, imagens, etc.). A compreensão da cultura como identificadora do sujeito e do seu grupo, ao mesmo tempo em que cria os laços necessários à vida comunitária e à cidadania, cria também a noção de relatividade de cada cultura e o respeito a culturas diferentes (CLAVAL, 1999).

Para Tonini (2002), a questão étnica foi colonizada pela Geografia para compor seu arcabouço temático acabando por deslocar os seus sentidos. A autora também alerta que as questões étnicas são construídas como objetos discursivos na Geografia, que conforme o tempo/espaço a qual estão inseridos adquirem sentidos e significados. Os discursos geográficos, que entram em cena para constituir as identidades, mantêm e perpetuam formas de significação, por vezes materializadas nos livros didáticos.

Perpetua-se assim a representação, como um processo de significação histórica, socialmente construído e determinado por relações de poder (OLIVEIRA, 2001). Conforme Hall (1997, p.17), "a representação é a produção do significado, do conceito em nossa mente através da linguagem". Então a linguagem tanto escrita como visual tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade cultural. Desse modo, a identidade e a diferença resultam de um processo de produção simbólica discursiva, estando, pois, em estreita conexão com relações de poder (SILVA, 2000).

O desafio do contexto atual de ensino e aprendizagem é romper com o "projeto neocolonial mais geral de ocidentalização do mundo", exigindo a tarefa de "descolonização das paisagens mentais" (CARVALHO, 2001, p.111) que implica uma revisão radical dos cânones epistemológicos das ciências como a Geografia.

A escola continua tendo sua importância no processo de formação dos referenciais básicos sobre como nos constituímos como nação. Um dos principais veículos utilizados pelas escolas brasileiras para a abordagem dos conteúdos contemplados em diferentes currículos e disciplinas, dentre elas a Geografia, tem sido ainda o livro didático.

Nas palavras de Schäffer (1999, p. 141), "o livro didático mantém-se como o recurso mais presente em sala de aula, quando não a própria aula, a voz principal no ensino". Em muitos lugares o livro ainda é o único material impresso de que os alunos dispõem e a única fonte para a *(in)*formação da imagem do Outro. Com textos e imagens, são passadas ideias a respeito de como determinada sociedade chegou a ser o que é, como ela se constituiu e se transformou até os dias atuais.

Em nossa sociedade sabemos da importância e do papel da escola no processo de formação dos referenciais básicos. Durante a infância e a adolescência, período em que se frequenta a escola, recebe-se o maior volume de informações sistemáticas, dentre estas se encontram os temas a respeito de outras culturas e outros povos. Na análise de Telles (1987, p. 74),

> As ideias que temos sobre nós e nossa sociedade e sobre os outros povos fixam-se quando somos crianças. O que aprendemos, ouvimos, vemos no cinema ou na televisão forma nossa imagem do mundo, torna-se fonte de nossas fantasias quando, em imaginação, percorremos o mundo em loucas aventuras. Mas também é nessa época que se formam, devido à insuficiência de informações ou informações incorretas, nossos preconceitos e ideias distorcidas em relação a outras culturas. São exatamente as noções sobre os outros grupos que provocam em nós pensamentos desconhecidos e nos induzem a reconhecer o mundo como lugar da diversidade. Passada a adolescência, são poucos aqueles que têm a oportunidade de aprofundar seus estudos sobre o Outro, de modo que a maioria de nós permanece com as imagens dadas e formadas na infância.

Como expressa Tonini (2009), como um artefato cultural, os livros didáticos são como máquinas de produção de sentidos, de significados, já que funcionam proliferando o real. Os livros didáticos são produtores de uma dada sensibilidade e instauradores de uma dada forma de ver e dizer a realidade. Desta forma, analisar a este material torna-se cada vez mais necessário, considerando que o livro utilizado é um dos determinantes para a construção do conhecimento sobre algo, como é o caso deste estudo, o índio.

A Geografia como disciplina escolar, deve proporcionar contribuições para que a sociedade enriqueça suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo e seu processo ininterrupto de transformação (PONTUSCHKA, 2007).

Em sala de aula um dos estímulos à formação de uma educação geográfica passa pelo livro didático, já que este traz elementos para que o aluno possa pensar sobre os conteúdos trabalhados pelos professores. Elementos contidos nestes livros podem refletir de maneira positiva ou não na construção de identidades e da própria identidade do aluno.

Na década de 1980 se verificava que a abordagem da questão indígena existentes nos livros didáticos de diferentes disciplinas eram "recorrentes e redundantes: em todos, elas são muito semelhantes, privilegiando os mesmos aspectos de uma sociedade tribal", constam que "os índios fazem canoas, andam nus, gostam de se enfeitar e comem mandioca"; mas poucos falam a respeito da complexidade da vida dessas sociedades, dos rituais, das relações desses povos com o ambiente natural, com

suas "concepções de mundo, ou da riqueza de seu sistema de parentesco e descendência" (ROCHA, 1984, *apud* GRUPIONI, 1996, p.430).

Cavalheiro e Costa (2007, p. 3) corroboram nesta discussão salientando que,

> Muitas das análises acerca dos livros didáticos feitas atualmente, no que se refere às questões indígenas, apontam que existem muitas informações equivocadas, carregadas ainda de uma visão etnocêntrica e preconceituosa sobre o assunto. Estudos mais recentes sobre o assunto têm se dedicado ao tratamento mais adequado, porém, conhecimentos como os do campo antropológico, por exemplo, normalmente não são contemplados nas abordagens didáticas.

Para melhor caracterizar as sociedades indígenas no Brasil, no final da década de 1980 Telles (1987, p.129) propôs "um quadro conceitual básico para o tratamento da questão indígena" na sala de aula (Quadro 1). Apesar de passados mais de 20 anos dessa publicação o quadro proposto pela autora se mostra atual e auxiliou como referencial nas análises efetuadas no presente estudo.

1. Sistema de propriedade da terra e organização do trabalho; divisão sexual do trabalho e reciprocidade; atividades de subsistência e padrões de redistribuição dos alimentos; habitat, adaptações ecológicas e noções de território para os povos indígenas; 2. Sistema de transmissão do conhecimento e da técnica: padrões de educação das crianças índias; 3. Intensidade da vida social e das relações humanas nas aldeias indígenas; solidariedade e individualidade; grupos sociais (classes de idades, grupos domésticos, grupos cerimoniais, etc.); 4. Organização política e natureza do poder em sociedades indígenas; 5. Rituais: sua função educativa; o tratamento do corpo: pinturas, marcas e ornamentações. Ritos de passagem. Em relação a um conjunto de situações que permitam dar conta do relacionamento entre sociedades indígenas e sociedade nacional, a autora aponta que a temática indígena deve ser vista: 6. De uma perspectiva histórica; 7. De uma perspectiva jurídica: qual a situação das sociedades indígenas diante da legislação brasileira e do Estado no Brasil; 8. Da perspectiva das condições de sobrevivência dos povos indígenas, considera os seguintes aspectos: O direito a uma identidade diferenciada; O direito a mudança social (contra a ideia muito difundida de que os índios devem ser "puros", enquanto raça, e no sentido de que só é "verdadeiramente índio" o povo ou o indivíduo que vive de acordo com o modelo de cultura indígena tradicional idealizada pelos não índios); O direito à autodeterminação e a decisão quanto ao próprio destino; O conceito de cultura como estratégia de sobrevivência; A questão da terra e da participação no mercado regional; Da questão da assistência nas áreas de saúde, economia e educação; Da constituição de organizações e associações indígenas como um dos meios de defesa de seus interesses, suas reivindicações mais comuns, seu direito a participação na vida política nacional; 9. Da perspectiva das responsabilidades da sociedade civil perante a questão indígena.

Quadro 1: Quadro conceitual básico para o tratamento da questão indígena
Fonte: TELLES, 1987, p.129.

Quanto aos livros didáticos de Geografia que foram objeto de análise da pesquisa de Printes (2010) trata-se dos aprovados no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que constam do Guia Nacional do Livro Didático de 2008. Com enfoque em uma abordagem qualitativa, o procedimento foi a análise do material empírico – os livros didáticos - por meio do que chamamos de marcadores que, a nosso ver, abrangem didaticamente as representações de índio. Textos e imagens veiculadas foram problematizados, ancorados nos referenciais teóricos. Os processos de construção identitária foram analisados através das linguagens imagéticas e escritas presentes nos livros didáticos (TONINI, 2002; PRINTES, 2010). Foi considerado ainda o nível de profundidade e a abrangência do quadro conceitual proposto por Telles (1987), tanto no aspecto textual[9] como também imagético, acreditando serem estes alguns dos aspectos de fundamental importância no tratamento da temática indígena, neste caso associados ao ensino de Geografia.

Assim, partimos ao encontro com a invisibilidade, que praticamente apaga esse conteúdo; da visão panorâmica, dada a superficialidade da abordagem dispensada; das inquietações que levam a desequilíbrios, problematizam e aprofundam reflexões; até o encontro com livros didáticos de Geografia que sinalizam contribuições para a afirmação das identidades indígenas no Brasil contemporâneo (PRINTES, 2010; PRINTES, 2013).

Desse modo, conforme as imagens que ilustram os textos dos livros didáticos definimos as análises para a temática indígena em quatro grupos. Em cada grupo, apontamos marcadores identitários, os quais foram analisados como elementos que posicionam identidades, podendo ocultar/omitir diferenças quanto ao modo de ser e estar no mundo. Neste artigo a opção foi apresentar resumidamente fragmentos da análise dos quatro grupos de livros didáticos analisados em PRINTES (2010), atualizando a análise com outras imagens contidas em alguns livros didático de Geografia do 7º ano (escolhidos no Guia de livros didáticos: PNLD 2014), conforme veremos na próxima seção.

[9] Todas as citações dos livros didáticos estão em itálico.

Livros didáticos de Geografia em análise

As análises permitem verificar que existem livros que tratam de uma certa invisibilidade indígena, pois neles são praticamente insignificantes os textos ou imagens relacionadas à temática indígena. São livros em que minimamente abordam a questão indígena, silenciando esses sujeitos. Esse é o caso do livro *Geovida – Olhar Geográfico*[10], em suas últimas páginas, aparece uma única imagem de crianças indígenas sentadas de costas assistindo televisão. Conforme o texto, a imagem serve para ilustrar os reflexos da economia do sudeste sobre outras localidades do território nacional, conforme mostra a Figura 1.

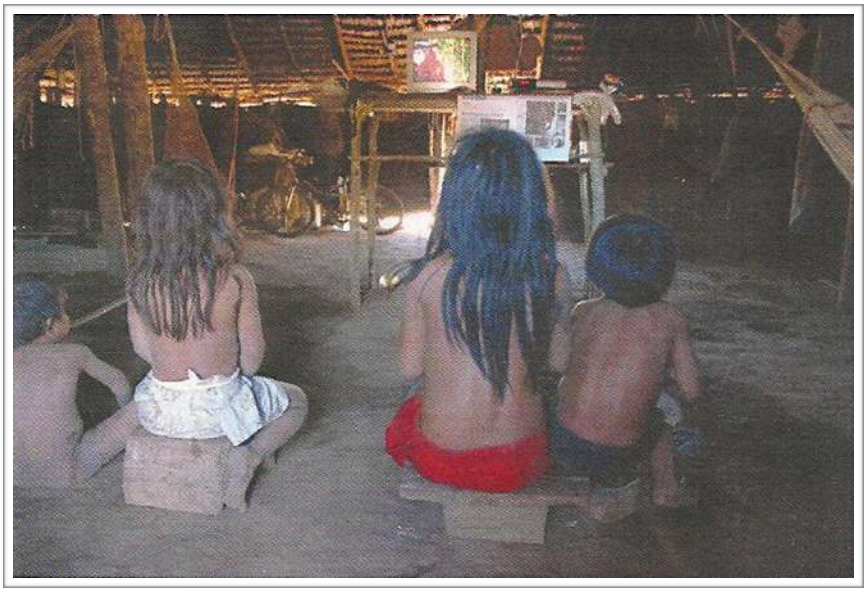


Figura 1: Crianças indígenas assistem televisão.
Fonte: Geovida – Olhar Geográfico, 2006.

Também se constata nos livros a recorrência de uma visão panorâmica e superficial da temática indígena, por sinalizarem certa timidez em relação à abordagem do tema, que é representada com déficit, carência ou exotismo. Quanto aos pontos mencionados por Telles (1987) deixam a desejar na grande maioria deles. No que tange os aspectos relacionados à perspectiva histórica, estes se apresentam atrelados à chegada dos portugueses, omitindo ou silenciando a presença e intensidade da vida social indígena e das relações humanas nas aldeias indígenas pré-existentes. Apesar dos textos deterem-se em mensagens que apontam a péssima situação dos povos indígenas que

[10] FONSECA, Fernanda Padovesi; PAMPLONA, Gilberto; OLIVA, Jaime; GIANSANTI, Roberto. *Geovida – Olhar Geográfico*. 7º ano/6ª série. IBEP, 2006.

aqui viviam frente os diversos ciclos de exploração decorrentes do modelo econômico adotado pelos colonizadores, pouco se arriscam em aprofundar ou mudar esse discurso que omite a presença indígena antes da chegada dos colonizadores (PRINTES, 2010).

Nestes livros, a exemplo do *Projeto Araribá*[11], mínimos são os enfoques dados a questão da luta pela terra na atualidade, omitindo o crítico histórico da situação territorial dos povos indígenas no Brasil. Somente são apontados problemas como os de *"invasões de terras que geram conflitos com não indígenas" (Projeto Araribá*, 2006 p.55). Alguns livros envolvem abordagens que apresentam o índio de modo homogêneo e genérico, limitando-se ao exemplo do modo de vida dos Ianomâmi e Kayapó (região Norte), Xavante e dos indígenas no Parque do Xingu, parecendo serem estes "modelos" quando se fala em "índios brasileiros".

As Figuras 2 e 3 ilustram as imagens preferidas pelos livros didáticos desse grupo.



Figura 2: Clássicas imagens de indígenas no Alto Xingu (MT).
Fonte: Geografia Crítica, 2006.



Figura 3: Índio caçando alimento na floresta.
Fonte: Geografia Elos, 2006.

Em publicações que constam no Guia de livros do PNLD 2014 ainda encontramos situações semelhantes em que as imagens dos indígenas estão associadas somente a origem do povo brasileiro ou a população residente da região norte do país, ou seja, não sugerem outras abordagens, omitindo a presença indígenas em outras regiões do país. É o caso das imagens que ilustram os textos do livro *Perspectiva – Geografia (2012)*[12] associadas somente aos indígenas em contexto amazônico. Os textos de exercícios motivadores para o debate da questão indígena enfocam especificamente o

[11] MODERNA. *Projeto Araribá:* Geografia 7. 7º ano/6ª série. São Paulo: Moderna, 2006.

[12] MAGALHÃES, Cláudia; SOURIENT, Lilian; GONÇALVES, Marcos; RUDEK, Roseni. *Perspectiva – Geografia*. 2ª Edição. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

caso de etnias que habitam a floresta amazônica, inclusive sugerindo que somente povos indígenas daquela região conseguiram preservar suas línguas e seus costumes (*Perspectiva – Geografia,* 2012).



Figura 4: Indígenas da etnia Kamayurá em Querência, MT.
Fonte: Perspectiva – Geografia (2012).

Além disso, acompanham as imagens um único mapa de conflitos[13] em TIs no Brasil, cujo recorte mostra somente os conflitos envolvendo terras indígenas da região norte do país (Amazônia Legal). Outras imagens que mostram indígenas usando tecnologias, como máquina fotográfica e *notebook*, estão associadas a um texto que fala dos indígenas passarem por um processo de "*incorporação de elementos da sociedade urbana-industrial*" deixando subentendido que esses indígenas estariam "deixando de ser índios" por estarem "*passando a viver de modo semelhante aos caboclos da região*" *(Perspectiva – Geografia, 2012)*.

[13] Tais como: mineração, desmatamento, atividade garimpeira, exploração de madeira, bacias com projetos hidrelétricos, petróleo.



Figura 5: Indígena fotografando ritual em aldeia de Querência, MT. Fonte: Perspectiva – Geografia (2012).



Figura 6: Indígena utilizando computador em aldeia do Mato Grosso, MT.
Fonte: Perspectiva – Geografia (2012).

No livro *Jornadas.Geo - Geografia* (2012)[14] aborda-se a questão indígena em dois contextos: nas expedições de "*descobrimento*" de novas terras pelos europeus e concomitante da invasão do Brasil; e no cap. 8 em que trata da População Brasileira, abordando o assunto "*População brasileira e diversidade cultural*". Em duas das últimas páginas traz conhecimentos sobre os direitos indígenas à demarcação de suas terras originárias, garantidos pela CF 1988, dando ênfase ao conceito de indigenato em que os "*índios são os primeiros e naturais senhores da terra, sendo esta uma fonte primeira de direito, que é anterior a qualquer outro. Consequentemente o direito dos índios a uma terra determinada independe de reconhecimento formal*" (*Jornadas.Geo – Geografia*, *2012, p. 211*). Juntamente com o assunto da demarcação de terras vincula-se outro parágrafo que discute a situação das invasões das mesmas.

Nesse contexto, é apresentado um mapa ilustrativo das TIs no Brasil e aparece uma pequena imagem de indígenas usando computadores em uma escola indígena Guarani, no estado de Santa Catarina. Essa imagem é acompanhada de um texto em que constam frases como "*Muitos grupos foram exterminados ou integrados à cultura do colonizador europeu*" (*Jornadas.Geo – Geografia*, 2012, p. 210). Ao que parece, o uso de novas tecnologias pelos indígenas está associado a ideia de "integração", ou melhor, de "índios integrados", porém este termo está em desuso desde a CF 1988 em que se rompem ideias assimilacionistas até então vigentes, ficando aquelas

[14] RAMA, Angela; PAULA, Marcelo Moraes. *Jornadas.Geo – Geografia*. 2ª Edição. Saraiva Livreiros Editores, 2012.

ainda expressas no Estatuto do Índio (lei 6001/73)[15] necessariamente sujeitas a interpretação à luz da CF 1988 (PRINTES, 2012).

Cabe ressaltar que o processo de apropriação de artefatos técnicos/ tecnológicos pelos indígenas no decorrer dos séculos XX e XXI é complexo, pois esses objetos passam por ressignificações no âmbito das naturezas/culturas indígenas. Em *Jornadas.Geo – Geografia* (2012), a questão indígena não é abordada em nenhuma parte dos estudos sobre as regiões brasileiras.

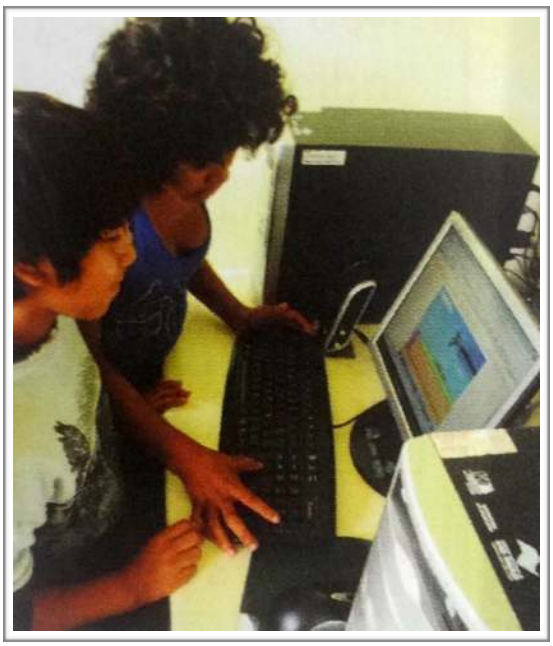


Figura 7: Guarani na escola usando computador.
Fonte: Jornadas.Geo – Geografia, 2012, p. 210.

Em *Vontade de Saber Geografia* (2012)[16] a abordagem sobre a temática indígena é somente trabalhada junto com o tema da "*Ocupação e formação do território brasileiro*" em que apresenta dois mapas do Brasil ilustrando "*a provável ocupação indígenas do território no ano de 1500*" e outro da distribuição de TIs no Brasil no século XXI. Além disso, por meio de imagens a temática indígena está associada a discussão sobre *"uma economia sustentável para a região norte"* e também, ao se contextualizar o histórico da relação Estado e povos indígenas, em que se resgata a criação da FUNAI

[15] Atualmente há um documento chamado Estatuto dos Povos Indígenas, que revisa o Estatuto do Índio (lei 6001/73) a fim de substituir o mesmo. Este documento se encontra desde 1991 em debate no âmbito da esfera civil e governamental, para ser encaminhado ao Congresso Nacional como emenda ao Substitutivo PL 2.057/91 (VERDUM, 2009, p.104).

[16] TORREZANI, Neiva. *Vontade de saber geografia*. 1ª Edição. Editora FTD, 2012.

como órgão responsável orientar o tratamento das questões indígenas, porém se restringe a presença da população indígena na região centro oeste.

No *Projeto Radix – Geografia* (2012)[17] o conteúdo que trata da temática indígena apesar de estar restrito a seção que aborda assuntos relacionados a formação territorial do Brasil, são feitas considerações sobre "*A concepções de território para diferentes povos*" (*Projeto Radix – Geografia,* 2012, p. 58) discutindo questões sobre perspectivas diferenciadas de compreensão sobre território e territorialidade. Acompanha o texto um etnomapa produzido por indígenas que vivem no território do Tumucumaque, entre o Amapá e Pará, expressando lugares importantes, modo de ocupação e relação do grupo étnico com o espaço da aldeia.

A caricatura indígena é uma recorrência trazida em alguns livros analisados. O apagamento da presença indígena nas cidades instiga reflexões, pois só se admite a presença indígena na cidade quando os índios aparecem nas ruas em protesto, segurando faixas contra a morosidade das demarcações de suas terras. Sendo que, muito pelo contrário, as cidades é que se estabeleceram, cresceram em territórios indígenas. A presença dessas populações hoje nas cidades evidencia-se pela própria expansão da urbanização que tem avançado sobre os últimos remanescentes florestais; e/ou ainda pela própria dinâmica da vida indígena contemporânea, em que em algumas regiões as cidades compõem a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2008) desses povos no século XXI.

No entanto, as imagens dos livros mostram somente situações em que os indígenas fazem uma "aparição" nas cidades, geralmente em Brasília, em "salas de reuniões", dialogando com políticos engravatados na busca de possíveis soluções para conflitos fundiários, como mostram as Figuras 8 e 9:

[17] BELLUCCI, Beluce; GARCIA, Valquíria Pires. *Projeto RADIX – Geografia* 2ª Edição. Editora Scipione, 2012.



Figura 9. Os povos indígenas têm buscado fazer valer o respeito às suas terras e à sua cultura. Na foto, índios Pataxó da Bahia em marcha pela proteção dos seus direitos no V Fórum Social Mundial, Porto Alegre (RS), 2005.

Figura 8: Índios na cidade.
Fonte: Projeto Araribá, 2007.



Figura 9: Indígenas em sala de reuniões.
Fonte: Construindo a Geografia, 2006.

Uma menor parte dos livros analisados foram classificados no grupo de livros "Dos desequilíbrios trilham-se outras leituras", pois expressam a temática indígena de modo a contemplar reflexões mais próximas dos seus cotidianos, como questões relativas ao sistema de ocupação da terra e organização do trabalho e reciprocidade; atividades produtivas de subsistência, segurança alimentar; intensidade da vida social e das relações humanas nas aldeias indígenas; solidariedade e individualidade; grupos sociais; perspectiva histórica; perspectiva jurídica abarcando situação das sociedades indígenas diante da legislação brasileira e do Estado no Brasil; o direito a mudança social; a questão da demarcação da terra e da participação no mercado regional; bem como a questão da assistência nas áreas da saúde (PRINTES, 2010).

Essas publicações procuram desequilibrar e inquietar o aluno com frequentes perguntas no corpo do texto que os desafiam a pensar na possibilidade de existirem histórias indígenas anteriores e/ou paralelas a ocupação portuguesa. Trazem temas relacionados à resistência indígena frente à escravidão, o sentido da vida em coletividade, a negação ao sistema capitalista individualista de propriedade privada, e o respeito pelo ambiente como fonte de sustentação, pois o modo de vida/cultura destes povos depende de uma natureza saudável. Ainda que parcialmente colaboram para desmistificar a ideia de "índio genérico", a partir das referências imagéticas de grupos étnicos que habitam outras regiões além da Amazônia brasileira.

No entanto, mesmo nesses livros nota-se também o uso de termos em desuso como a ideia de "índios integrados", A Figura 10 ilustra a circunstância em que o termo "integrado" é empregado.



Figura 10: Indígenas Mbya Guarani identificados no livro didático como "integrados". Fonte: Trilhas da Geografia, 2006

Também se constata em alguns livros didáticos a intenção de problematizar a temática indígena dando maior aprofundamento ao assunto, evidenciando o indígena como ator social, que discute seus direitos originários sobre a terra e como pessoas conscientes de seus direitos. Os livros resgatam a valorização do conhecimento indígena e da diversidade ecológica dos espaços por eles habitados e a contribuição do manejo indígena para a manutenção da biodiversidade e conservação (Etnoconservação)[18] da natureza e a no Brasil. Desta forma, não reproduzem uma visão simplista e generalizada de um índio "puro", "bom selvagem" ou que simplesmente vive em "comunhão com a natureza" congelando imagens dos coletivos indígenas no passado de um descobrimento que, de fato, nunca existiu se considerando que as terras que compõem o território brasileiro já eram secularmente habitadas (PRINTES, 2010).

Dentre os livros que constam no Guia de livros do PNLD 2014, destaco o *Geografia Homem & Espaço* (2012)[19] contextualiza a presença indígena no Brasil ao longo dos séculos e traz a imagem atual de um indígena Kuikuro, do Parque Indígena do

[18] Conservação que se dá na interface entre conhecimento local e uso da biodiversidade, ou seja, conservação com presença de diferentes grupos étnicos humanos. DIEGUES, A.C. (Org.) Etnoconservação. 2. Ed. São Paulo: Hucitec. p. 1-46. 2000.

[19] LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro. *Geografia, Homem & Espaço.* 24ª Edição. Saraiva Livreiros Editores, 2012.

Xingu (MT), usando uma câmera de filmadora e problematiza essa imagem com textos que mostram a situação das TIs no Brasil no que tange os conflitos relacionados a construção de hidrelétricas, usando o emblemático caso da UHE de Belo Monte. Faz referência a falas de resistência do importante líder indígena kaiapó Raoni Metuktire, sobre a construção dessa hidrelétrica que inundará territórios de uso tradicional, importantíssimos para subsistência e manutenção de modos de vida desses povos. É apresentado um mapa atualizado das TIs brasileiras. Além disso, complementa a discussão da temática indígena a imagem de um antropólogo da etnia Munduruku (Daniel Munduruku). Essa imagem é acompanhada de um texto que explica o cotidiano desse indígena, formado em filosofia e mestre em antropologia, autor de vários livros. Busca desequilibrar o aluno, mostrando um jovem indígena contemporâneo que continua a viver conforme seus costumes tradições culturais, mesmo tendo se dedicado aos estudos como um não indígena, pois o "modo de ser" Munduruku está na sua essência de vida. O livro traz uma entrevista feita com ele em que são questionados aspectos sobre "*a comemoração do dia do índio; a forma correta do branco (não índio) estudar o índio; o que os indígenas têm a ensinar aos não indígenas; como vivem e como se organizam politicamente os Munduruku hoje*" (*Geografia Homem & Espaço*, 2012, p. 113).



Figura 11: indígena Kuikuro, na aldeia Kamayurá, filma festa dos 50 anos do Parque Indígena do Xingu. Querência, MT.



Figura 12: Daniel Munduruku.

O livro *Mundo da Geografia (2012)*[20] também contribui para desequilibrar a ingenuidade do trato da temática indígena, falando do assunto por distintas abordagens. Do contexto dos "primeiros habitantes do território" hoje chamado Brasil, o tema é

[20] MOREIRA, I. *Mundo da Geografia:* 7º ano. Curitiba: Positivo, 2012.

discutido no âmbito da diversidade brasileira de povos e culturas, alimentação e modos de vida diferenciados, fazendo referência a alguns povos indígenas no Brasil. Apesar das imagens limitarem-se aos indígenas na região norte, é apresentado um mapa da situação fundiária das TIs no Brasil, juntamente com textos que discutem os conflitos e dramas vividos por essas populações para manterem sua autodeterminação.

Dentre os livros analisados alguns buscam problematizar por meio de um maior aprofundamento de aspectos relacionados ao conhecimento indígena com auxílio de textos de apoio de outros autores[21], que por sua vez indicam outras fontes científicas àqueles que desejam ir mais fundo na compreensão sobre o conhecimento indígena na perspectiva da etnociência[22]. Avança ao instigar os alunos a perceberem distintas maneiras e concepções da relação que esses povos têm com e sobre o trabalho, terra, propriedade, família, etc., superando a visão folclórica e clássica dos papéis dos indígenas na formação da nação brasileira.

A abordagem da luta indígena pela retomada de suas terras originalmente ocupadas é contemplada nestas publicações, porém de modo diferenciado entre elas, pois, em algumas, o tema é mais fundamentado do que em outras por valerem-se da exposição dos instrumentos legais existentes para garantia deste direito, como por exemplo, o Art. 231 da CF 1988.

Considero serem estas publicações as que melhor incorporam os conceitos de território e territorialidade indígena. E ainda, trazem contribuições referentes à historicidade indígena antes da chegada dos europeus; relações entre os povos originários e a diversidade cultural e biológica do território brasileiro, trabalhando na interface natureza-sociedade de modo atual.

O livro *Geografia (Temas)*[23] aprofunda abordagens relacionadas ao conhecimento indígena; são problematizados os impactos das modernas técnicas agrícolas sobre áreas cada vez mais vastas do Brasil, como as terras do cerrado no centro-oeste, enfatizando como contraponto o modo indígena de *"cultivar a terra sem prejuízo do ecossistema"* (ADAS, 2007 p.18), pois *"respeitam características básicas das áreas manejadas e fomentam a diversidade que lhes é própria"* (ADAS, 2007 p.18).

---

[21] Como Anthony Anderson e Darrell Posey Importantes autores no campo da antropologia e etnobiologia.

[22] Conforme Diegues (2000, p. 37): "A Etnociência parte da linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totalizadoras".

[23] ADAS, Melhem. *Geografia (Temas):* construção do espaço geográfico brasileiro. 7º ano/6ª série. Moderna, 2007.

Ao trazer leituras diferenciadas aos alunos, com aspectos relevantes à ciência sobre a atividade agrícola dos índios Kayapó, no sul do Pará, o autor deste livro didático investe no aprofundamento de discussões interessantes sobre a temática indígena, especialmente no que tange o relacionamento destes povos com a *"natureza que é vista e interpretada como fonte de vida e não como fonte de lucro"* (ADAS, 2007, p.17). Desta forma, propõe instigar os alunos a pensarem sobre as sociedades capitalistas modernas, inseridas em um modelo econômico altamente impactante se comparados ao modo de vida das sociedades indígenas.

De forma crítica, trabalha questões sobre a ocupação do território pelos portugueses e os impactos do modelo agrário exportador sobre a natureza e consequentemente sobre os povos indígenas. Discute em poucas linhas e ilustrativamente a questão dos *"conflitos de territorialidade (de território) que se prolongariam pelos cinco séculos de nossa história"* (ADAS, 2007, p.27). Explora de maneira aprofundada e crítica a situação dos espaços indígenas no século XX e início do século XXI, retrocedendo em históricos como os da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Contextualiza os altos e baixos deste órgão, sua extinção e substituição pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, que até os dias atuais é o órgão oficial responsável pela questão indígena no Brasil. Levanta a polêmica existente sobre a morosidade do governo federal em liberar recursos para as demarcações das terras indígenas, a ajuda das ONGs e os protestos daqueles que são contra as demarcações.

O mesmo livro trabalha questões relacionadas ao que significa "*espaços indígenas regularizados*", fundamentando na integra a discussão por meio do art. 231, §1º da Constituição da República Federativa do Brasil. Também traz inquietações sobre casos de povos indígenas que *"não resistiram às pressões de pessoas e empresas interessadas nos recursos naturais de suas terras ou espaços e se incorporaram à rede de produção e consumo da sociedade brasileira"* (ADAS, 2007, p.33), abrindo espaço para de diálogo a discussão desses casos.

Os autores dos livros didáticos procuram introduzir diferentes leituras sobre como as sociedades indígenas ocupam o espaço por eles habitado. Desta forma, trabalham temas relacionados à *"concepção de mundo"*, *"utilização de recursos e transformação da natureza"* pelos indígenas *"sem preocupação com a acumulação e exploração"* (CASTELLAR; MAESTRO, 2006, p.32)[24], mostrando que o modo de vida em coletividade é uma constante desde os tempos pretéritos até os atuais.

[24] CASTELLAR, Sonia; MAESTRO, Valter. *Geografia (Séries)*: leitura cartográfica território brasileiro. 7º ano/6ª série. São Paulo: Quinteto Editorial, 2006.

No livro *Geografia Paratodos (2007)*[25] a questão indígena é abordada mostrando que estes povos apesar de terem sofrido com a extrema redução de seus territórios por meio de ciclos econômicos de exploração e colonização, resistem procurando preservar a memória dos antepassados, não deixando de incorporar novos hábitos como o uso de computadores, conforme mostra a Figura 13.

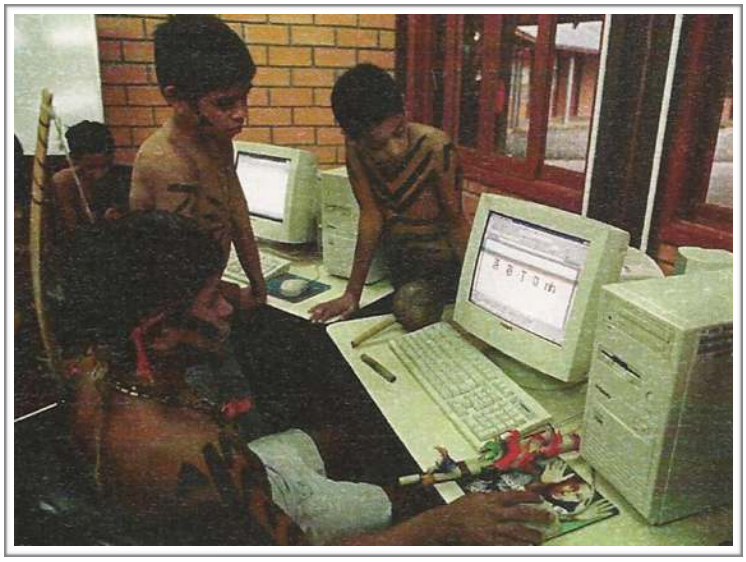


Figura 13: Os índios usufruindo das novas tecnologias.
Fonte: Geografia Paratodos, 2007.

Interessante que dentre os livros analisados do PNLD 2008, este foi o único que trouxe exemplos de índios habitantes da região sudeste e sul, como os Guarani, Xokléng e Kaingang. Estes livros dão visibilidade as questões relacionadas à luta indígena em garantir terra para sobrevivência física, estando esta intrinsecamente relacionada a manutenção de sua cultura. Enfatiza o papel da CF 1988 na garantia deste direito, ao mesmo tempo em que traz à discussão a dramática situação vivida por estes povos que aguardam a morosidade do Governo brasileiro na garantia desse direito, bem como as invasões de terras indígenas por posseiros, garimpeiros, mineradoras, madeireiras, etc. Também considera a existência das organizações e associações indígenas na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

A abordagem da temática indígena também é feita em meio a discussões sobre problemáticas ambientais relacionadas à destruição das florestas (com ênfase na Floresta Amazônica) e degradação do meio ambiente como um todo, em função do

[25] DELBONI, Henrique; ROTA, Paulo Jorge Storace. *Geografia Paratodos:* o espaço geográfico e sua diversidade. 7º ano/6ª série. São Paulo: Editora Scipione, 2007.

"modelo de produção baseado no lucro fácil – mesmo que isso implique a destruição da natureza" [...] que conforme o autor trata-se de um modelo que *"chegou com os colonizadores europeus"* (SAMPAIO, 2006, p.165)[26]. Neste caso, é enfatizada a necessidade de os não índios aprenderem com os índios.

Reflexões para desaprisionar

Analisar a temática indígena inscrita nos livros didáticos proporciona reflexões sobre como esses conteúdos colaboram ou não para promover a compreensão da diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil em ambiente escolar. Estudar a temática indígena possibilita incitar nos alunos o respeito as diferenças na presença de outras culturas, no entendimento de suas práticas e a afirmação ética do direito de todos à participação política em um país multicultural (DINIZ, 2007).

Dentre o conjunto de livros analisados são poucos os que inserem textos críticos e aprofundados conforme o "quadro conceitual básico" proposto por Telles (1987), com imagens atuais e descrições recentes das problemáticas enfrentadas pelos diversos povos, bem como suas relações etnoecológicas, que em meio à atual crise socioambiental destacam-se entre os autores que arriscam aprofundar um pouco mais na temática indígena. Somente alguns livros incluem afirmações às vezes contundentes, contra o racismo e o preconceito, exprimindo o incentivo a uma visão de respeito e tolerância em relação a grupos etnicamente diversificados.

Alguns livros revelaram dificuldades em lidar com a existência de diferenças étnicas na sociedade brasileira atual, normalmente recalcando-as no passado. Outra questão é que na grande maioria das publicações os exemplos dos povos indígenas ainda estão muito concentrados na região norte e centro-oeste, praticamente excluindo a presença indígena na região sul, em especial no Rio Grande do Sul.

Dentre os livros didáticos analisados (tanto os do PNLD 2008 quanto do PNLD 2014) nenhum destes abordaram questões relacionadas à garantia de uma educação indígena diferenciada de acordo com a CF 1988, Art. 210, § 2º "a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem". Além disso, oculta-se a presença indígena nas cidades, ignorando a multiterritorialidade indígena contemporânea em que se destacam os estudantes universitários que buscam na

[26] SAMPAIO, Francisco Coelho. *Geografia do Século XXI*. 7º ano/6ª série. São Paulo: Positivo, 2006.

academia aproximações com a linguagem não indígena, a fim de facilitar o diálogo com a sociedade envolvente (PRINTES, 2010).

Outro ponto que passou despercebido nos livros analisados é o tema da sobreposição entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) e as possibilidades de gestão compartilhada dessas áreas protegidas, importantíssimas para a conservação da biodiversidade brasileira. As imagens de satélite revelam as TIs e UCs como ilhas de florestas em meio a devastação, conforme mostra a geografia do desmatamento da Amazônia, publicada em junho de 2014, pelo instituto Imazon[27], a taxa de desmatamento é de 1% em TI e 27% em UC. Trata-se de uma interessante abordagem para discutir conceitos de sobre a interação humanos-ambiente, território e territorialidade.

Os livros revelaram pouca abrangência no sentido ampliar a compreensão mais ampla da diversidade cultural dos povos indígenas, suas relações com o ambiente e adaptações ecológicas, organizações sociais, linguísticas e culturais; as dinâmicas socioambientais contemporâneas nas quais os indígenas então inseridos; o reconhecimento da importância dos saberes indígenas para a conservação biodiversidade.

Despir-se dos pré-conceitos que nos afastam dos nossos contemporâneos Kayapó, Ianomâmi, Xavante, Pataxó, Xetá, Xokléng, Guarani, Kaingang entre outras etnias indígenas que felizmente compõem a sociodiversidade brasileira é o primeiro passo para desaprisionar identidades. Direcionar outros olhares para os conteúdos que abordam a temática indígena nos livros didáticos de Geografia é importantíssimo para que se qualifique o diálogo intercientífico e intercultural. É necessário ouvir os indígenas sobre o que eles pensam a respeito do que os livros dizem sobre eles, dando voz a estes povos que indubitavelmente são as mais valiosas fontes de consulta para aprimorarmos a interculturalidade na educação brasileira.

Referências Bibliográficas

ADAS, Melhem. **Geografia (Temas):** construção do espaço geográfico brasileiro. 7º ano/6ª série. São Paulo: Moderna, 2007.

BHABHA, H. A questão do "outro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H. (org.) **Pós-modernismo e Política.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991.

[27] http://www.imazon.org.br/publicacoes/transparencia-florestal/transparencia-florestal-amazonia-legal/boletim-do-desmatamento-sad-junho-2014

BERGAMASCHI, M. A. (org.). **Povos Indígenas & Educação.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Casa Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituiçao.htm> Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008.

_____. Decreto 7.747 de 5 de junho de 2012. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

_____. Guia do Livro Didático – PNLD 2008: anos finais do ensino fundamental. Brasília: MEC, 2007.

_____. Guia do Livro Didático – PNLD 2014: anos finais do ensino fundamental. Brasília: MEC, 2013.

CAVALHEIRO, R. M.; COSTA, F. L. **A temática indígena no livro didático.** 2007. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/730-4.pdf> - Acesso em 17 dez. 2009.

CARVALHO, J. J. **O olhar etnográfico e a voz subalterna.** Horizontes Antropológicos, 15: 107-147, 2001.

COSTA, M. V. Estudos Culturais e Educação – um panorama. In: SILVEIRA, R. M. H. (org.). **Cultura, poder e educação:** um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ed. ULBRA, 2005.

CLAVAL, P. A. **Geografia Cultural.** Trad. Pimenta, L. F.; Pimenta, M. C. A. Florianópolis: ed. UFSC, 1999.

DINIZ, W. L. C. **Uma contribuição à discussão sobre a problemática do índio no livro didático**. 2007 (Comunicação em GT). Disponível: <http://www.overmundo.com.br/banco/contribuicao-da-disciplina-historia-indigena-a- compreensao-do-indio> Acesso em 15 ago 2009.

GRUPIONI, L. D. B. Imagens Contraditórias e Fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos Livros Didáticos. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.77, n.l86, p. 409-437, maio/ago. 1996. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/510/522> Acesso em 5 ago 2009.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Disponível em: http://www.funai.gov.br/; Acesso em 25 set. 2014.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (org.) **A emergência da multiterritorialidade.** A ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Canoas: Editora da ULBRA, 2008.

HALL, S. The work of representation. In: _____. (org.). **Representation:** cultural representations and signifying practices. London: Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University. 1997.

HALL, S. Quando foi o Pós-Colonial? Pensando no Limite. In: **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LITTLE, P. E. (org.). **Conhecimentos tradicionais para o século XXI:** etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.

OLIVEIRA, T. S. de. **Olhares poderosos:** o índio em livros didáticos e revistas. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. **Para Ensinar e Aprender Geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.

PRINTES, R. B. **Identidades Aprisionadas?** Os índios nos livros didáticos de Geografia. Monografia. Curso de Especialização: O Ensino da Geografia e da História - Saberes e Fazeres na Contemporaneidade. Porto Alegre. FACED, UFRGS, 2010.

_____. **Gestão territorial e ambiental:** contribuições de um emergente debate para a afirmação dos territórios sociais indígenas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Porto Alegre, UFRGS, 2012.

_____. Identidades Aprisionadas – os índios nos livros didáticos de geografia. In: TONINI, I. M.; KAERCHER, N. A.; HOLGADO, F. L. (org.). **Ensino da Geografia e da História:** Saberes de Fazeres na Contemporaneidade. Porto Alegre: Evangraf: UFRGS/FACED, 2013.

SAID, E. **O alcance do Orientalismo**. Orientalismo. Lisboa, Ed. Cotovia: 2004.

SCHÄFFER, N. O. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al (orgs.). **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1999.

SILVA, T. T. A produção Social da identidade e da diferença. In: _____. (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TELLES, N. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora. In: SILVA, A. L. da (org.). **A questão indígena na sala de aula:** subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TONINI, I. M. **Identidades Capturadas:** gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

_____. **Cenas étnicas no livro didático de Geografia.** Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/071_ivaine.pdf> Acesso em 15 dez 2009.

VERDUM, R. Povos indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In:_____. (org.). **Povos Indígenas:** Constituições e Reformas Políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

Recebido em 09 de agosto de 2014.

Aceito para publicação em 10 de dezembro de 2014.